

O Atlântico Sul na Percepção de um Britânico

Geoffrey Till¹

Em meados de 2006, quando o Comandante da ESG instituiu Grupos de Estudo de caráter permanente no âmbito do Centro de Estudos Estratégicos, imaginou-se a possibilidade de contarmos com personalidades estrangeiras abordando o tema Atlântico Sul. Nesse contexto, ao nos depararmos com a presença britânica persistente neste Oceano, ocorreu-nos a curiosidade natural em conhecer a opinião de um perito britânico sobre essa presença. O nome do Professor Geoffrey Till, que fora decano dos catedráticos de estudos acadêmicos do Joint Services Command and Staff College, do Reino Unido, e que recentemente estivera no Brasil a convite da Escola de Guerra Naval, surgiu naturalmente.

Solicitou-se, então, a um de seus ex-alunos que intermediasse o convite ao Professor Till para manifestar a sua percepção a respeito da estratégia Britânica em relação ao Atlântico Sul.

Em agosto de 2006, o Professor Till atendeu, à consulta formulada, e sua resposta resumida é apresentada a seguir:

Em síntese, o Reino Unido não considera o Atlântico Sul como uma área estratégica de alta prioridade, em comparação com o Iraque, Afeganistão, Líbano e Bósnia. Nesse Oceano, em meu ponto de vista, podem ser identificadas duas questões

¹ O Professor *Geoffrey Till* foi decano dos catedráticos de estudos acadêmicos do *Joint Services Command and Staff College*, do Reino Unido da Grã Bretanha. Anteriormente, foi professor de História no *Royal Naval College Greenwich*. Leciona no *Britannia Royal Naval College Dartmouth*, no *Department of Systems Science da City University*, e no Departamento De Estudos da Guerra do *King's College*, Londres. É autor de inúmeros livros e artigos, tendo como área de interesse a *História Marítima Moderna, Política e Estratégia Marítima Contemporânea* e a *Segurança na Região da Ásia e Pacífico*. Participou, como conferencista, do *I Ciclo Internacional de Conferências sobre o Poder Marítimo*, realizado na Escola de Guerra Naval, em novembro de 2005.

importantes a serem analisadas: uma de caráter específico e outra de natureza geral.

A primeira, de caráter específico, é obviamente a questão das Falklands. A política do Reino Unido, neste caso, permanece a mesma há longo tempo – manter a soberania dos habitantes das Ilhas até o momento em que esses estejam prontos a estabelecer negociações sobre o assunto. Isto significa continuar a manter uma pequena força de dissuasão na área, cujos custos são apenas uma pequena fração do orçamento de Defesa do país.

Atualmente, há certa escassez de recursos financeiros para a Defesa, ainda que a economia esteja se saindo bem, devido a pressões políticas para um aumento nos gastos com programas sociais. Entretanto, após a experiência de 1982, eu duvido que o atual governo – ou mesmo um eventual governo do Partido Conservador em um prazo de três ou quatro anos – desejaria assumir algum risco, reduzindo esforços nessa região, como a Sra. Thatcher ingenuamente o fez.

As ações agressivas do Presidente Néstor Kirchner para retomar as Ilhas diplomaticamente podem ser consideradas contraproducentes, especialmente sob ponto de vista dos habitantes locais. Isso também reduz as opções para o desenvolvimento de melhores relações entre esses habitantes e a Argentina.

No Reino Unido, o aproveitamento dos recursos pesqueiros e a possibilidade da exploração de petróleo na região são considerados tanto como uma oportunidade de diálogo e aperfeiçoamento das relações com a Argentina, como também uma possível causa de atritos crescentes. Infelizmente, a política de Kirchner torna a última mais provável que a primeira.

A preservação do acesso às facilidades existentes na área, de modo a garantir a passagem para as Falklands, também é um elemento da política britânica em relação à região. Portanto, há um interesse do Reino Unido em desenvolver relações ainda mais próximas com países nesse trajeto, obviamente incluindo o Brasil.

Como se sabe, o Reino Unido apóia a candidatura do Brasil a um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU

(CS-ONU), principalmente em reconhecimento a seu status de potência regional em potencial, e também devido ao interesse em que países da região participem mais ativamente de Operações de Paz.

Embora as operações como a do Haiti demandem um grande esforço dos participantes, no Reino Unido considera-se politicamente importante encorajar maior participação em operações dessa natureza, sob o mandato da ONU. Espero que a presença do Brasil no CS-ONU auxilie nesse processo.

Isto remete à questão de natureza geral, cujo objetivo claro é fazer com que o continente esteja mais envolvido com a proteção e defesa dos portos e linhas de comunicações marítimas do sistema de comércio internacional, do qual todos nós dependemos, mas que apresenta vários pontos sensíveis e fragilidades (a oposição de grupos terroristas, problemas relacionados a fontes de energia, crises financeiras, como a ocorrida na Ásia, e países que não respeitam a ordem internacional (os denominados “*rogue states*”). Maior envolvimento é o que se busca e, neste caso, considero uma boa opção empregar a “*Diplomacia Naval*”² para propagar esse envolvimento.

Para o Reino Unido, o maior problema é a reputação internacional da administração Bush (e a aparente cumplicidade britânica), a qual pode tornar mais difícil uma eventual cooperação em face da opinião pública em geral, mesmo que os líderes dos governos, no íntimo, saibam que devem fazê-lo. O dilema é: deve o Reino Unido trilhar um caminho mais separado, agindo como interlocutor entre os EUA e o restante do mundo, ou deve ser quase como uma parte da administração Bush? A resposta é mais uma questão de percepção do que de realidade, porém, na política, normalmente é a percepção que se leva em conta.

2 Diplomacia Naval - Consiste no emprego de navios de guerra em apoio à diplomacia, persuadindo, coibindo, apoiando ou compelindo outros atores. Implica em utilizar esses navios de diferentes maneiras, como, por exemplo, posicionando-os de modo a negociar a partir de uma situação de força por ocasião de uma crise ou mesmo aplicando-os em diversas tarefas de apoio ou de representação.

Finalmente, outro ponto que julgo que devo salientar é que o Reino Unido vê o conjunto de seus interesses no Atlântico Sul como inter-relacionados - inclui tudo, da Ilha de Ascensão até a Antártica.